

AUDIÊNCIA PÚBLICA ELABORAÇÃO LDO 2025

10/04/2024



AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ - PR

Lei Complementar 101/2000

Art. 48

Parágrafo Único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ - PR

Constituição Federal

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual
- II - as diretrizes orçamentárias**
- III - os orçamentos anuais

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

PPA: define, para um **período de 4 anos**, as **diretrizes**, os **objetivos e metas** da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

LDO: compreenderá as **metas e prioridades** para o **exercício financeiro subsequente**, orientando a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual - **LOA**.

LOA: proverá os **recursos** necessários **para** cada **ação** constante da LDO.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

PLANO DE AÇÃO



Instrumentos de Planejamento

P.P.A



Planejar

L.D.O



Orientar

L.O.A



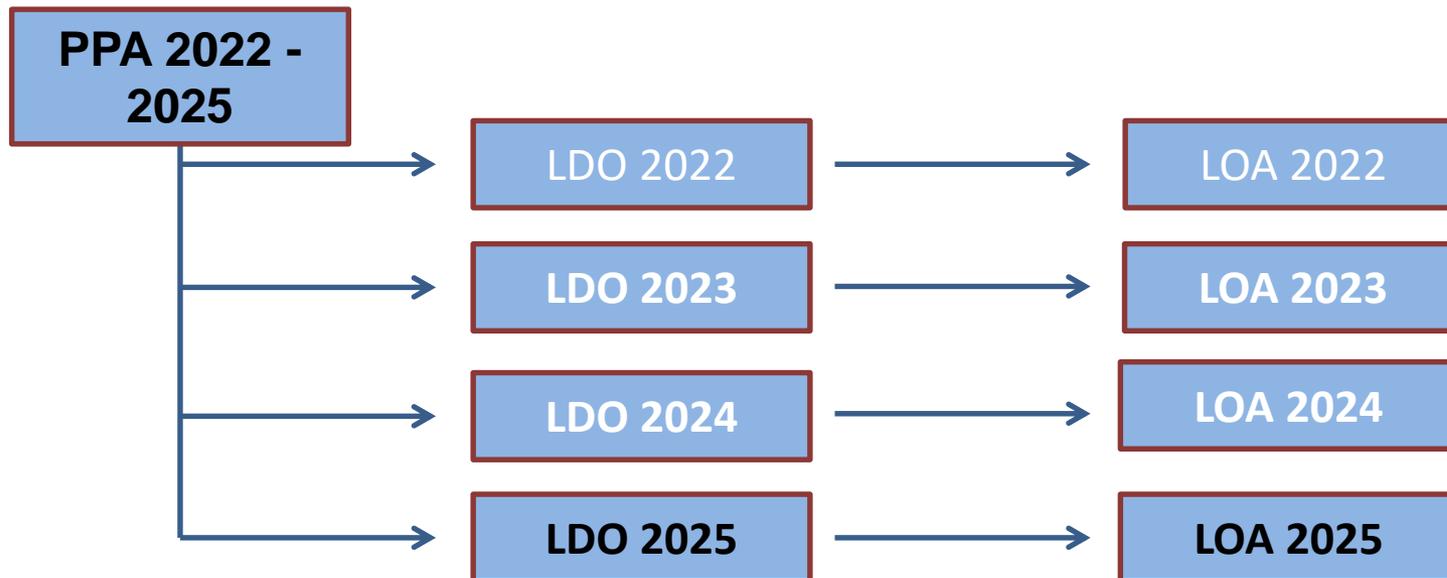
Executar

Políticas Públicas e
Programas de Governo

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



CICLO ORÇAMENTÁRIO

PPA → *Até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa 30/09.*

LDO → **Até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa 15/04.**

LOA → *Até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa 30/09.*

O que estabelece a LDO

- As **metas** e **prioridades** da administração;
- Orienta a elaboração da lei orçamentária anual;
- Disporá sobre as alterações na legislação tributária;
- Estrutura e organização dos orçamentos;
- Define as Metas Fiscais
- Disposições relativas à dívida pública;
- Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

O que estabelece a LDO

- Orienta sobre a obrigatoriedade da Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- Define Acompanhamento Bimestral das Receitas e Despesas e limitação de empenhos caso necessário; Estabelece sobre Transferências de Recursos Públicos e Privados;
- Dispõe sobre Reserva de Contingência;

PROPOSTA LDO

LDO

Art. 1º - O Orçamento do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I	-	Metas Fiscais
II	-	Riscos Fiscais
III	-	Memórias e Metodologias de Cálculos das Metas Fiscais
IV	-	Prioridades do Executivo e Legislativo Municipal
V	-	Estrutura dos Orçamentos
VI	-	Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município
VII	-	Disposições sobre a Dívida Pública Municipal
VIII	-	Disposições sobre Despesas com Pessoal
IX	-	Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária
X	-	Disposições Gerais



I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas nos anexos que compõe esta lei.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta (Poder Executivo e Legislativo), que recebem recursos do Orçamento Fiscal e todos os Órgãos e Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes

Demonstrativo 1	Metas Anuais.
Demonstrativo 2	Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
Demonstrativo 3	Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
Demonstrativo 4	Evolução do Patrimônio Líquido.
Demonstrativo 5	Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
Demonstrativo 6	Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.



II – DOS RISCOS FISCAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao estabelecido no § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais é identificado através do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, integrante desta Lei.

III – MEMÓRIA E METODOLOGIAS DE CÁLCULOS DE METAS FISCAIS

Art. 6º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, os quais estão identificados nos anexos I, II e III desta Lei.



IV - DAS PRIORIDADES MUNICIPAIS

Art. 7º - As prioridades e metas do Executivo e Legislativo Municipal, para o exercício financeiro de 2025, devidamente constituídas em programas/ações físicas/financeiras serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos projetados na Lei Orçamentária para 2025 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, as Entidades citadas no Art. 8º desta Lei, poderão aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita projetada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado mediante ato de decreto, efetuar alterações para fins de compatibilização orçamentária diante dos ajustes de recursos financeiros alocados e decorrentes da abertura de créditos adicionais.



V - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá as Entidades da Administração Direta (Poder Executivo e Legislativo) que recebem recursos do Tesouro, o qual será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos instituídos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

VI - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:



I – As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212, da Constituição Federal;

II – As despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações previstas na Constituição Federal.

Art. 11 - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionado anteriormente;



Art. 12 - O Orçamento para o exercício de 2025 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo Municipais (art. 1º, § 1º, art. 4º, I, “a” e art. 48 LRF).

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo Municipais de forma proporcional as suas dotações e observada às fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades não vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.



Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 15 - O Orçamento para o exercício de 2025 destinará recurso para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,15% das Receitas Correntes Líquidas. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - O recurso da Reserva de Contingência será destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e alterações posteriores (art. 5º III, “b” da LRF).

§ 2º - O recurso da Reserva de Contingência destinado a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de novembro de 2025, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.



Art. 16 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 18 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2025 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados os recursos se garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2025, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).



Art. 20 As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 21 São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - Que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - Que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 22 Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.



Art. 23 A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária

Art. 24 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 25 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.



Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item II do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 26 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2025 a preços correntes.



Art. 29 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder por Decreto, à inclusão nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025, das receitas não utilizadas do exercício de 2024 a título de Superávit Financeiro de Recursos Vinculados e/ou de Recursos Livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à suplementação de dotações orçamentárias pelo Excesso de Arrecadação efetivo ou tendência do exercício financeiro de 2025, sobre a previsão orçamentária original das receitas de fontes de recursos vinculados e/ou de fontes de recursos livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



Art. 32 – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a remanejar, nas respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 33 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, e artigo 66 § único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



Art. 32 – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a remanejar, as respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 33 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, e artigo 66 § único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente à Lei Orçamentária de 2025, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



Art. 35 - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo **29º** ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamentos de dotações orçamentárias, ficam autorizados o executivo e o legislativo municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Art. 36 - As suplementações, os remanejamentos e a redistribuição de dotações, conforme autorizações contidas nos artigos 30 a 34, não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 29 desta Lei.

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.



Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2025, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2025 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, “ e “, da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2025 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, e, da LRF).



VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2025 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento segundo disposições através de Resoluções do Senado Federal (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).



VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo Municipal e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizatória, poderão em 2025 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2025.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá o limite de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).



Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - Eliminação das despesas com horas-extras;
- III - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.



IX - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).



X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários autorizados por Lei e abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.



Art. 55 – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta, para realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 56 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREMISSAS ECONÔMICAS

Premissas Econômicas	
ANO	IPCA
2022	5,79%
2023	4,62%
2024	3,82%
2025	3,51%
2026	3,50%
2027	3,50%

Dados, IBGE, Boletim FOCUS 22/03/2024

RECEITA



Dados Extraídos

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA	PROJETADA			METODOLOGIA DE CÁLCULO
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
RECEITAS CORRENTES	24.807.519,86	26.886.637,60	26.924.372,40	28.485.977,00	29.482.986,20	30.514.890,71	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.189.694,10	1.245.063,95	1.386.815,00	1.447.328,00	1.497.984,48	1.550.413,94	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
CONTRIBUIÇÕES	0	11.630,63	11.300,00	11.696,00	12.105,36	12.529,05	Sem previsão para arrecadação da Receita.
RECEITA PATRIMONIAL	928.881,78	1.161.018,48	1.008.850,00	287.948,25	299.840,52	311.834,14	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0	0	0,00	0,00	0,00	Sem previsão de arrecadação.
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	0	0,00	0,00	0,00	Sem previsão de arrecadação.
RECEITA DE SERVIÇOS	0	8.410,00	0	0,00	0,00	0,00	Sem previsão de arrecadação.
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.536.990,47	24.401.990,37	24.505.307,40	25.928.358,00	26.835.850,53	27.775.105,30	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	151.953,51	58.524,17	12.100,00	12.600,00	13.041,00	13.497,44	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024

RECEITAS DE CAPITAL	1.651.911,81	4.839.221,30	295.710,00	2.027.536,00	2.098.499,76	2.171.947,25	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	237.676,50	0	0,00	0,00	0,00	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
ALIENAÇÃO DE BENS	440.160,00	0	50.000,00	51.760,00	53.571,60	55.446,61	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	Sem previsão para arrecadação.
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	711.751,81	4.601.544,80	245.710,00	1.975.776,00	2.044.928,16	2.116.500,65	Com base na receita arrecadada e índice de inflação de um ano para o outro. Boletim Focus 22/03/2024
TOTAL	26.459.431,67	31.725.858,90	27.220.082,40	30.513.513,00	31.581.485,96	32.686.837,96	

APLICAÇÕES

Desafio

Solução

Resultados



DISCRIMINAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	EXECUTADA		ESTIMADA	ORÇADA	PROJETADA	
DESPESAS CORRENTES (I)	20.329.883,40	25.116.251,31	25.222.063,67	28.445.363,81	29.440.951,54	30.471.384,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.048.817,35	11.435.180,92	12.512.888,37	14.239.148,08	14.737.518,26	15.253.331,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	26.433,50	71.501,49	54.000,00	55.895,40	57.851,74	59.876,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.254.632,55	13.609.568,90	12.655.175,30	14.150.320,33	14.645.581,54	15.158.176,90
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.100.300,68	5.393.053,80	1.468.954,01	2.068.149,19	2.080.534,42	2.153.353,12
INVESTIMENTOS	3.761.262,20	5.019.244,14	1.468.954,01	1.520.514,30	1.573.732,30	1.628.812,93
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-		0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	339.038,48	373.809,66	479.064,72	495.879,89	506.802,12	524.540,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)		0	50.000,00	51.755,00	60.000,00	62.100,00
TOTAL DAS DESPESAS (I+II+III)	24.430.184,08	30.509.305,11	27.220.082,40	30.513.513,00	31.581.485,96	32.686.837,96

METAS E PRIORIDADES

– LDO 2025



METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ampliação Prédio Câmara Municipal
Manutenção do Legislativo Municipal

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

EXECUTIVO MUNICIPAL

Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Divulgação de Atos Oficiais
Manutenção Defesa Civil
Manutenção Departamento Jurídico
Manutenção Assessoria Jurídica
Precatórios/Sentenças Judiciais
Parcelamento Dívida INSS
Controladoria Interna

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Manutenção do Departamento de Administração

Servidores Cedidos

Manutenção do Departamento de Planejamento
--

Manutenção do Departamento de Compras

Manutenção do Departamento de Patrimônio
--

Manutenção do Departamento de Licitação

Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
--

Aposentadorias e Pensões

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Manutenção do Departamento de Contabilidade
Contribuições ao PASEP - 1% Receita
Manutenção do Departamento de Tesouraria
Manutenção do Departamento de Tributação

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Enfrentamento de Emergência COVID 19
Benefícios Eventuais
Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
Aquisição de Materiais Permanentes - Emendas Impositivas
Ampliação da Academia de Saúde - Emendas Impositivas
Construção de Piscina com Hidromassagem
Ampliação da Unidade Básica de Saúde
Aquisição de Veículos – Saúde
Associação Anjo Azul - Emendas Impositivas
Atenção Básica – Fundo a Fundo Estadual
Manutenção Prédio - UBS

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa Mais Médicos
Manutenção Polo Academia de Saúde
Atenção Básica – Fundo a Fundo - Federal
Manutenção de Veículos - Saúde
CISNORPI
Atividade Saúde – Atenção Básica
Serviços Sociedade Beneficente de Andirá
Consórcio Paraná Saúde
Assistência Farmacêutica
Vigilância em Saúde – Fundo a Fundo
Vigilância em Saúde
Combate aos animais peçonhentos
Vigilância Epidemiológica

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMDPI
Reforma do Prédio – Projeto Criança e Adolescente em Ação
Manutenção do Conselho da Criança e do Adolescente
Manutenção do Conselho Tutelar
Projeto Criança e Adolescente em Ação
Manutenção do ECA/FMDCA
Benefício – Emprego Programa Social
Manutenção do Bem Estar Social
Programa IGD – BF Bloco de Financiamento – FR 940
Distribuição de Materiais e Serviços Gratuitos para População Carente
Projeto Estadual PPAS – FR 778

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção do Centro de Referência de Assist. Social - SCFV
Bloco de Financiamento Bloco PSB – FR 934
Manutenção do F.M.A.S
Programa IGD SUAS – Bloco 936
Manutenção dos Conselhos Municipais da Assist. Social
Incentivo a geração de empregos

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Agric. Abastec. e Meio Ambiente

Instalação de Placas Solares - Emendas Impositivas
Construção de Pontes e Bueiro
Aquisição de Veículos/Tratores e Maquinários
Manutenção de Estradas Rurais
Manutenção de Pontes e Bueiros
Manutenção dos Veículos/Tratores e Maquinários
Manutenção do Departamento Agropecuário
Programa Estradas Rurais Integradas aos Princípios Conservacionistas - Estradas

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Agric. Abastec. e Meio Ambiente

Manutenção de Poços Artesianos / Saneamento Rural

Manutenção do Aterro Sanitário e Resíduos Sólidos

Manutenção do Departamento do Meio Ambiente

Repasses RPPN – ICMS Ecológico

Manutenção do Fundo do Vale

Manutenção Viveiro Municipal

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos

Construção de Pontes e Bueiros
Aquisição de Materiais e Equipamentos para Capela Mortuária - Emenda Impositiva
Manutenção de Prédios Públicos
Manutenção de Praças Públicas
Manutenção do Terminal Rodoviário
Manutenção do Cemitério Municipal
Manutenção de Pontes e Bueiros
Manutenção da Capela Mortuária
Aquisição de Veículos e Maquinários
Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
Manutenção / Melhoria da Iluminação Pública
Ampliação da Rede de Energia Elétrica

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos

Amortização com a Agência de Fomento Paraná
Aquisição de Terrenos
Reforma de Prédios Públicos
Construção de Cobertura para Pátio no Prédio da Prefeitura
Construção da Pista de Skate - Emendas Impositivas
Construção de Galerias Pluviais
Construção do Calçadão no Centro da Cidade
Portal da Cidade
Construção do Parque Linear
Reforma do Clube Municipal
Pavimentação Ruas Urbanas

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos

Ampliação do Cemitério Municipal
Manutenção do Departamento de Obras Públicas
Manutenção de Calçadas e meio Fio e Vias Urbanas
Manutenção do Clube Municipal
Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Departamento de Serviços Rodoviários

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Educação,

Construção Escolas 6 salas
Aquisições de Veículos para Educação
Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB
Manutenção Ensino Fundamental
Merenda Escolar - AEE
Merenda Escolar - Fonte Livre
Merenda Escolar - PNAEF
Merenda Escolar - Pré Escola
Manutenção Escola Pio XII
Manutenção do Transporte Escolar
Programa Salário Educação - FR 107
Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Manutenção Quadra Pequena - Escola Pio XII

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Educação

Incentivo ao Ensino Superior
Construção de sala C.M.E.I
Manutenção C.M.E.I
Manutenção do C.M.E.I. - FUNDEB
Manutenção Merenda Escolar - CMEI
Merenda Escolar – EJA
Aquisição de Permanente para Cessão de uso para APAE - Emenda Impositiva
Manutenção da Educação Especial/Convênio APAE
Servidores cedidos - Educação
Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Manutenção Fanfarra Municipal
Reforma em Espaços Esportivos
Ampliação de Espaços Esportivos
Construção de Espaços Esportivos
Manutenção do Departamento de Esportes
Manutenção do Departamento de Cultura
Manutenção das Atividades Esportivas do Município
Manutenção do Ginásio de Esportes
Manutenção de Espaços Esportivos
Manutenção das Atividades do Centro Cultural

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Manutenção da Biblioteca Municipal
Enfeites de ruas e praças, Comemorações fim de ano
Manutenção das Atividades Cívicas e Culturais
Aquisição de Materiais Esportivos - Emendas Impositivas

METAS E PRIORIDADES – LDO 2025

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Reserva de Contingência

CONTATO

TELEFONE – (43) 3537-1212

E – MAIL: contabilidade@barradojacare.pr.gov.br

OUVIDORIA: <http://www.barradojacare.pr.gov.br/ouvidoria>

ENDEREÇO: Rua Rui Barbosa N° 96

OBRIGADO!!!